

## **DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO SETOR SUCROENERGÉTICO NA REGIÃO SUL DO MATO GROSSO DO SUL: UMA REGIÃO EMBLEMÁTICA DA MUDANÇA TERRITORIAL<sup>1</sup>**

**Marine Dubos-Raoul**

Doutoranda em Geografia pela Universidade de Paris VIII – Vincennes Saint-Denis  
Aluna especial no programa de Pós-Graduação da UNESP – Presidente Prudente  
marine.raoul@gmail.com

### **ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Houve um aumento importante da produção canavieira no Brasil nos últimos anos. Entre 2000 e 2012 a área plantada de cana-de-açúcar passou de 4.879.841 hectares a 9.616.615 hectares no país, ou seja, um aumento de 100%. Neste mesmo período, a expansão se realizou nas regiões mais tradicionais de existência da cana-de-açúcar, mas também começou atingir novas regiões, como por exemplo, o Mato Grosso do Sul e o Goiás onde a os canaviais se expandiram de mais de 400% (IBGE, 2012).

Tal crescimento da produção canavieira pode ser compreendido na posição do Brasil e do seu papel cada vez mais importante na escala internacional na perspectiva do aumento da população mundial gerando então investimentos agrícolas consideráveis no seu território.

O setor sucroenergético responsável pela produção de açúcar e álcool principalmente foi impulsionado pela situação favorável dos preços do açúcar no mercado mundial<sup>2</sup> – é uma das commodities, dos oito produtos que se concentram os investimentos segundo o Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2010). O crescimento do setor se explica também pela política governamental em favor da produção de álcool, se justificando pelo objetivo de atingir e responder à segurança energética do país, reduzindo a dependência ao petróleo, desenvolvendo um combustível próprio, isso era o motivo principal que incentivou o governo na década de 1970 a instituir o Proálcool<sup>3</sup>.

No século XXI, diminuir a dependência às importações de petróleo está sendo ainda um argumento viável, contudo, aparece mais como um pretexto para justificar uma política de apoio ao agronegócio sucroenergético, que é o verdadeiro objetivo referido. De fato, o setor se desenvolve atualmente devido a ascensão das preocupações ambientais na escala internacional e, mais especificamente, os imperativos em termos de desenvolvimento sustentável permitindo as agroenergias/agrocombustíveis se apresentar como solução à uma dupla crise: ambientais e energética.

O pretexto ambiental e, assim, as mudanças paradigmáticas que orientam as políticas atuais junto às oportunidades de ofertas pelo mercado das matérias-primas, favorece a

<sup>1</sup> Este artigo é resultado do trabalho final para a disciplina “Teoria dos territórios e da questão agrária”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT/Unesp, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, no segundo semestre de 2013.

<sup>2</sup> Contudo, é importante destacar a forte volatilidade do mercado do açúcar devido uma concentração da produção em dois países (Índia e Brasil) e muito sensível aos eventos climáticos, com consequências no plano internacional e nacional para o abastecimento em produto e o seu preço.

<sup>3</sup> O decreto do Programa Nacional do Álcool de 1975 era constituído de vários incentivos fiscais, de uma política de distribuição de créditos, principalmente em direção das agroindústrias, e um componente em favor da população para garantir uma saída à produção, ou seja, incentivos para aquisição de veículos funcionando com etanol.

consolidação e expansão das empresas do agronegócio no território brasileiro. Essa dinâmica atual enfrenta polêmicas, pois o desenvolvimento dos agrocombustíveis concorrem com a produção alimentar e seus preços, o que foi revelado inclusive durante os “tumultos da fome” em 2008 (SAUER; LEITE, 2012). As consequências nos territórios locais se traduzem pela reativação e a criação de conflitos e tensões entre sujeitos e grupos componentes deste processo em torno da reorganização territorial imposta por esta atividade globalizada se territorializando.

O presente trabalho tem como objetivo entender as repercussões da territorialização do setor sucroenergético em novas regiões e territórios locais que recebem, não sem reagir, o agronegócio canavieiro. Primeiramente, serão discutidas as mudanças paradigmáticas que nos permite entender as evoluções atuais tanto na organização social no campo quanto aos paradigmas que levam o próprio setor sucroenergético à expansão atual. Buscaremos analisar, a partir da abordagem territorial, como se realiza a expansão do setor no território brasileiro e, assim, quais são os tipos de relações no espaço que o agronegócio cria. Por fim, trataremos das disputas territoriais ocorridas na região sul de Mato Grosso do Sul, como consequência do processo de dominação e apropriação do espaço pelo setor sucroenergético e como elemento inerente à construção territorial, ou seja, um bom indicador para analisar a repercussão da implantação do setor nos territórios locais.

## **MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS: CHAVE DE ENTENDIMENTO**

Explicar e analisar as mudanças atuais no espaço brasileiro e no próprio agronegócio passa por um entendimento, uma compreensão de um estado de fato, de um jeito e maneira de ver e pensar o mundo: uma abordagem paradigmática. Thomas Kuhn (1994) vê os paradigmas como explicações possíveis da realidade.

Se for tratar das evoluções recentes no campo brasileiro, para Fernandes (2008) são duas grandes visões e explicações da realidade agrária que se confrontam ao nível das ideias, das teorias que repercutem nos territórios com modelos de desenvolvimento opostos, assim como ele o demonstra em um dos seus textos referência na questão:

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias. As diferenças teóricas, de método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas na construção de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 23).

A partir desta visão paradigmática, o pesquisador identificou o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que traduzem as duas visões opostas e os territórios imateriais se materializando no campo. O primeiro – PQA – pensa o campesinato com possibilidades de se reproduzir e resistir ao modelo de aspiração único de desenvolvimento do capitalismo. Diferente do PCA onde o fim do campesinato é um futuro previsível e até necessário, passando pela sua integração no modelo capitalista de desenvolvimento, na

economia de mercado, na forma de agricultor<sup>4</sup>.

Fernandes critica essa última visão das relações sociais no campo, pois ela não permite mostrar a diversidade dos grupos e sujeitos no campo, assim como deixa de mostrar uma realidade que é a brutalidade e a violência que existe no rural brasileiro engendrado, justamente, pela expansão do modo capitalista de produção que se reproduz pela apropriação do espaço camponês e assim pela sua destruição. Da mesma maneira essa visão dominante/hegemônica do PCA, segundo o autor, não permite identificar e valorizar as ações dos camponeses contra o agronegócio e, assim, não vê a conflitualidade e os conflitos como elementos essenciais das construções territoriais, como parte do desenvolvimento territorial.

Será aprofundada nas próximas páginas essa ideia trazida por Fernandes (2005) do Paradigma da Questão Agrária, no caso mais específico do agronegócio sucroenergético como modelo de desenvolvimento agrícola destruindo o campesinato e os povos nativos para sua expansão, que fica mais óbvio ainda nas regiões de expansão recente do setor sucroenergético. Neste artigo, defendemos, então, essa ideia que os camponeses resistem ao agronegócio, lutando por seus territórios materiais e imateriais - luta esta que se manifesta nos conflitos - (re) construindo seu território.

Um fator estrutural está favorecendo a expansão atual do setor sucroenergético: as mudanças climáticas que se acompanham de elementos mais conjunturais como a questão do recente interesse dos investidores pelas matérias primas e/ou a produção de agrocombustíveis e agroenergia em geral como pretexto ao responder a uma dupla crise: ambiental e energética.

É o que Houtart identifica como mudança de abordagem com a emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável, iniciado em 1972 na Cimeira da Terra em Estocolmo e se concretizando no Rio em 1992. O paradigma do desenvolvimento sustentável direciona as escolhas políticas, favorecendo ações para implantar elementos componente de uma economia verde, ou melhor, o “econegócio” em expansão segundo expressão formulada por Houtart (2009)<sup>5</sup>. Para o autor esta é uma maneira criada pelo capital de superar (aproveitando) a dupla crise “ambiental e energética” e, assim, buscar soluções pelo mercado, transformando as catástrofes em oportunidades, as tragédias em benefícios: adaptação do capitalismo. Amin (2010) afirma que os desafios ecológicos estão integrados numa “ideologia do consenso” criada a partir das observações de destruição do meio ambiente pelas atividades humanas e da necessidade de buscar soluções respeitadas da natureza e, ao mesmo tempo, respondendo à crise energética, que supõe a emergência de uma forma de “capitalismo verde”.

Sachs (2007) identifica esse início de século XXI como “mais uma revolução energética” caracterizada por três fatores: o primeiro fator é a proximidade do “pico do petróleo” – diminuição dos estoques disponíveis de petróleo; sendo o segundo fator as políticas em favor da diminuição de energias fósseis e então renováveis; e terceiro fator a situação geopolítica complexa nos

<sup>4</sup> No Brasil, segundo o autor, é o Ricardo Abramovay (1992) que originou o PCA com a sua obra “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”.

<sup>5</sup> O François Houtart fala de “écobusiness” em francês, o que traduzimos como “econegócio”.

países fornecedores de petróleo. Segundo o mesmo autor, o paradigma energético atual é o que comanda a expansão de produção de agroenergias.

Da mesma forma, Houtart (2009) afirma que a agricultura seria a nova fronteira da acumulação do capital na qual os agrocombustíveis representam uma parte significativa dos investimentos nesses últimos anos, como mostra o processo mundial de estrangeirização de terras. No caso do setor sucroenergético, tem consequências no interior da organização e estruturação, como destaca Bernardes (2013), com a emergência de “novas concepções do empresariado nacional ou internacional”, passando pela associação/compra de empresas familiares nacionais com grupos econômicos do agronegócio: LDC-Sev, Bunge, Raízen, etc. A globalização do setor e a chegada de novos atores resultam numa organização territorial nova, assim como dos atores, como o mostra Bernardes:

[...] as novas proporções do capital no setor vêm promovendo a instauração de novas formas de relações entre empresas, lugares, entre rural e o urbano, estabelecendo-se novas hierarquias entre os distintos capitais e os territórios, significando disputa de todos os espaços e fatias do mercado, levando à submissão e/ou exclusão de produtores menores (BERNARDES, 2013, p. 151).

As mudanças paradigmáticas nas esferas agrárias e energéticas geram modificações espaciais importantes nos locais onde o agronegócio se territorializa, tanto no campo que na cidade. O setor sucroenergético passa a mandar um novo ordenamento do território.

## **TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO**

A expansão do agronegócio canavieiro se realiza então através do processo de territorialização das empresas do setor sucroenergético, cujo capital esta cada vez mais internacionalizado, incentivado pelas políticas públicas do governo federal, dos estados e dos próprios municípios. A chegada desses novos atores, cada vez mais ligados à globalização, nessas novas atividades socioeconômicas em novos locais, se confronta diretamente com sujeitos, grupos sociais e suas próprias territorialidades já implantadas/existentes, gerando assim um confronto que pode se caracterizar tanto de baixa como de alta intensidade e em graus diferentes de violência.

Desta forma, consideramos o território como construção social. O espaço, pressuposto às relações sociais (SANTOS, 2002), como uma matéria prima, se torna território pelas ações concretas e abstratas de apropriação do espaço pelos atores e suas representações. O território é então um produto do espaço e do social e regido pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1980). Raffestin introduz a imaterialidade do território e a importância das representações individuais e coletivas que se confrontam no espaço pela constituição do território que se expressam em um amplo campo de poder. O poder é certamente uma das contribuições mais importantes de Raffestin no entendimento do território no sentido de que existe, a partir dessa consideração do poder, uma multiplicidade de poderes (e não só então o poder limitado à escala do Estado-Nação). Assim, pensamos a existência de poderes e contra poderes que se expressam no espaço

e criam formações territoriais diversas que são o resultado de um confronto de representações e interesses diferentes, no qual neste processo o espaço é o chão indispensável à reprodução dos indivíduos e grupos sociais.

Da mesma forma, Haesbaert (2005) caracteriza o território pela apropriação (do espaço) e a dominação de uma parte do espaço (e sobre os sujeitos para impor a sua concepção territorial). A formação do território é para ele o fruto de uma construção histórica e social realizada a partir das relações de poder. Rogério Haesbaert introduz elementos de caracterização importante dos territórios: as dimensões subjetivo-simbólicas e as dimensões objetivo-funcionais. “Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica” (HAESBAERT, 2005, p. 6774). Um território pode ser mais subjetivo, o que constitui uma característica das sociedades tradicionais: “território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura” (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

O território pode ter uma predominância mais objetiva, no sentido de controle do espaço, a um fim mais político-econômico, o que seria para Haesbaert uma característica das sociedades (pós) modernas. O que os diferenciam são os elementos sobre os quais estão constituídos esses territórios: as redes e as zonas, ou seja, o controle (e a capacidade/ acesso) dos fluxos e da mobilidade. As sociedades tradicionais seriam mais organizadas em torno das zonas, numa certa continuidade geográfica, o que chama de lógica territorial zonal, e as sociedades modernas (ou pós-modernas) com uma organização a partir das redes, com o domínio dos fluxos e das redes de informação e comunicação, chamada de formação territorial reticular.

A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de dominação do espaço. Preponderância note-se bem, pois nunca existiram espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 43).

No caso da territorialização das empresas do setor sucroenergético é óbvio que a dimensão objetiva, funcional de uso e domínio do território prevalece na dinâmica de formação territorial. O agronegócio não tem uma ligação simbólica, íntima com o território que vai formar como uma comunidade rural camponesa pode ter com a terra. Nesse sentido formam-se territórios em conflito (camponeses x agronegócio).

Porém, não podemos excluir a imaterialidade do território produzido pelo setor sucroenergético no sentido de que o território do agronegócio é o resultado de uma intencionalidade, de uma ideia do desenvolvimento econômico e social que levam as empresas a materializar esse pensamento e um projeto no espaço, com ações concretas, ou seja: se territorializar. É o que Fernandes (2008) mostra quando ele insiste no fato de que “a construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia” (FERNANDES, 2008, p. 282). Para Fernandes, a

materialidade e a imaterialidade representam as duas modalidades indissociáveis do território “O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2009, p. 210) e que se compõe de várias dimensões (social, econômica, cultural, política e ambiental) e múltiplas escalas.

Considerando o território criado, sendo construído pelo setor sucroenergético, é possível observar uma lógica de concentração dos investimentos recentes. Isso é uma consequência das políticas públicas através de diversos incentivos a favor de uma concentração das atividades canavieira numa área definida. Pode ser identificado no caso da região sul sul-mato-grossense o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE-Cana) que orientou a expansão do cultivo, indentificando as áreas mais apropriadas para plantar cana-de-açúcar. A constituição de um polo de serviços do setor sucroenergético em Dourados incentiva outras empresas do setor, devido incentivos fiscais, a se implantarem na região da Grande Dourados.

A lógica de concentração regional se encontra igualmente nas próprias estratégias das empresas do agronegócio (em geral), para garantir “uma maior eficiência produtiva e uma integração competitiva desses produtos e regiões, sobretudo, aos mercados internacionais”. (FREDERICO, 2013, p. 106), é o que esse autor chama de “região competitiva” ao analisar as localizações e estratégias do agronegócio no território brasileiro, e faz a seguinte observação:

A crescente especialização regional produtiva em commodities agrícolas implica na desvalorização da rica diversidade econômica, cultural e geográfica do território brasileiro, ao promover o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho de uma mesma produção [...] (FREDERICO, 2013, p. 110).

O território criado pelo setor sucroenergético resulta numa especialização/regionalização da produção canavieira geradora de exclusão econômica, social e cultural. O agronegócio produz territórios especializados em localidades já historicamente construídas que tornam-se submetidas (ELIAS, 2011). O processo de reorganização do território existente pela pressão da territorialização das empresas do setor leva a repensar/reconsiderar integralmente as lógicas territoriais. Elias faz a seguinte observação, o fato de...

[...] os circuitos superiores do agronegócio por serem hegemônicos nas RPAs<sup>6</sup> não elimina a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio. O que nos dá que as RPAs são também o lugar de conflitos de várias naturezas (ELIAS, 2011, p. 155).

Apesar da característica hegemônica e do poder do agronegócio de impor uma especialização produtiva nos territórios que ele escolhe para desenvolver suas atividades, os territórios e diversas territorialidades – elementos característicos da construção e relação de

---

<sup>6</sup> RPAs: Regiões Produtivas Agrícolas, conceito desenvolvido pela Denise Elias e outros autores.

grupos sociais com uma porção do espaço, onde o espaço e o social se confundem tornando uma identidade territorial – reagem e se manifestam frente à destruição do que constitui o seu território.

A territorialização do agronegócio sucroenergético resulta, portanto, em conflitos nos locais de implantação porque ela se faz de maneira desigual, exclusiva e excludente.

## **DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO SETOR SUCROENERGÉTICO**

O processo de produção do território é, necessariamente, conflituoso pela existência no espaço de diversos sujeitos e grupos sociais e pela existência de projetos territoriais diferenciados, incompatíveis e contraditórios.

Para Fernandes (2012, p. 11), a “transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos [...]”. O território, segundo ele, “possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (FERNANDES, 2012, p.10).

Fernandes (2011) diferencia a conflitualidade de conflito, onde a primeira permanece como uma característica contida no espaço, enquanto os conflitos são apenas um momento de enfrentamento que podemos considerar como a manifestação do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos diferentes grupos e classes sociais que disputam o espaço como elemento necessário a sua reprodução e dos modelos de desenvolvimento distintos. A conflitualidade e os conflitos que surgem podem ser considerados inerentes a construção dos territórios. O processo contribui assim para redefinir ou reforçar as identidades dos territórios e dos grupos sociais que os constroem (TOURAINÉ, 1965).

Deste modo, a expansão do agronegócio canavieiro na região sul de Mato Grosso do Sul se traduz em uma alta conflitualidade entre usinas e populações indígenas. Como o destaca Arruzzo:

Junto com o crescimento destas atividades no Mato Grosso do Sul, acontece o crescimento das lutas territoriais indígenas de resistência, especialmente dos kaiowá, através das retomadas, que consistem em reocupar (e/ou permanecer em) territórios dos quais foram (ou estão sendo) expulsos, há mais ou menos tempo, incluindo áreas em disputa judicial (ARRUZZO, 2013, p.189).

As lutas dos índios pela recuperação e/ou permanência do/nos seus territórios desde a década 1980 foram reativadas e intensificadas com a chegada das usinas devido ao fato de algumas delas cultivarem a cana-de-açúcar nas terras indígenas e, também, pelo fato de usarem mão-de-obra indígena em condições próxima de trabalho escravo.

No entanto, a territorialização do setor sucroenergético se realiza pela substituição de outras produções agrícolas, contribuindo assim para modificar as atividades e os atores dominantes/hegemônicos na cena regional e até criar um novo tipo de conflito, se juntando aos outros<sup>7</sup>, como conflitos e tensões intra-classe, ou seja, dentro do agronegócio, como pode se

---

<sup>7</sup> Até o início da década 2000, o sul do Mato Grosso do Sul foi também um dos principais lugares da luta pela terra dos movimentos de camponeses e trabalhadores sem terras. Essas lutas foram marcadas também pela grande violência e assassinatos ao longo dos conflitos. A microrregião de Dourados era a quinta na escala nacional pelo número de

observar nas palavras de Thomaz Júnior:

No entanto, está ocorrendo a superposição ou mesmo a disputa direta entre outras frações do capital agroindustrial, com destaque para os investimentos na atividade agroindustrial canavieira sobre a mesma porção territorial até então hegemônica pela soja, milho e mais recentemente o avanço da monocultura do eucalipto (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97).

Observamos, por exemplo, uma competição entre o setor sucroenergético e o agronegócio de carne-grãos pela apropriação do espaço. Esta competição se observa no acesso às terras que, no caso de Dourados, o trabalho de campo revelou que alguns produtores de grãos decidiram arrendar suas terras para as usinas plantarem cana ou outros casos de produtores arrendatários que foram obrigados a se deslocar, pois o proprietário preferiu arrendar para as usinas “que pagam mais”, expandindo a fronteira agrícola dos grãos e da pecuária.

Em outro caso, como no município de Rio Verde em Goiás – igualmente localizado na fronteira atual da cana-de-açúcar – uma lei municipal foi aprovada para limitar a expansão dos canaviais no território do município a 10% da superfície agrícola, lei que foi amplamente influenciada pelo lobby carne-grãos, que pressionou o poder municipal entendendo que sem essa limitação iria prejudicar o setor de grãos, e assim, por em risco a Cargill, Perdigão e as outras empresas/indústrias ligadas ao setor (VALARIE et al., 2008).

Essa superposição de territorialidades gera competição pelo acesso às melhores terras até entre diferentes ramos do agronegócio. O setor sucroenergético disputa espaço com a pecuária, soja, milho nos locais de expansão.

Os conflitos, ou apenas as tensões, são inevitáveis no encontro ou na superposição de lógicas territoriais diferentes, contraditórias, assim como Haesbaert destaca: “o convívio de múltiplas territorialidades implica sempre disputas” (2005, p. 6782). Nós consideramos os conflitos como elemento inerente a dinâmica da formação do território (FERNANDES, 2008) e como o território é a representação de uma parte da realidade, os conflitos podem ser pensados como elemento central da construção da sociedade, segundo a formulação do sociólogo Alain Touraine: “a sociedade é a produção conflituosa dela mesma” (TOURAINÉ, 1965, p. 107).

O sociólogo francês, Alain Touraine, fez do conflito um objeto de análise sociológica central nas suas pesquisas sobre os movimentos sociais desde a década 1960. Considera o conflito como elemento de fabricação da sociedade, meio pelo qual os diferentes sujeitos e grupos sociais se mobilizam, se juntam, se organizam resultando em novas regras e normas sociais que passam, segundo o autor, pela mobilização e organização coletiva: os movimentos sociais. Fernandes (2005) observou a falta de abordagem conceitual quando se trata de movimentos sociais na geografia sabendo que eles são produtores e alteram espaços e territórios.

Segundo Fernandes, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais surgem de uma união de sujeitos e/ou grupos sociais, aliados em torno de um objeto/uma reivindicação comum,

---

acampamentos no período 1888-2004, cerca de 79 ocupações, ou seja, 12 000 famílias (FERNANDES, 2004).



organizando ações para transformar a realidade, melhorar essa e/ou forçar as instituições responsáveis a uma mudança social. Os movimentos nascem então da falta de algo na sociedade e/ou da crítica de tal orientação que segundo o movimento não vai a favor da população preocupada/em questão, o movimento “se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Fernandes (2005) evidencia que os movimentos mudam as relações no espaço. Ele vai diferenciar os movimentos socioterritoriais – que vão agir e/ou ter consequências no território material, onde suas repercussões são concretamente perceptíveis - dos movimentos socioespaciais – que agem no registro imaterial, que têm o espaço em geral como reivindicação e não um território específico.

Podemos considerar então a luta contra a prática das queimadas em Dourados a partir desta leitura como um movimento socioespacial, pois é um grupo de indivíduos que se juntaram em torno deste objeto, considerando que os impactos das queimadas sobre a saúde pública e o meio ambiente precisam ser regulamentados. E como o próprio poder local não age neste sentido, o movimento vem forçar a mudança da legislação/das normas de sociedade e assim uma parte da realidade. A lei foi adotada em 2008 e contestada pelos usineiros, mas finalmente o Tribunal de Justiça decidiu manter a lei com a mobilização do comitê popular ao longo do processo. O resultado é uma mudança em relação ao espaço, porém sem produção de um território.

Seguindo essa leitura, podemos citar as lutas indígenas como movimento socioterritorial, pois pela recuperação dos seus territórios os indígenas ocupam as terras apropriadas pelo agronegócio e geram uma nova produção territorial.

## **ELEMENTOS DE CONCLUSÃO**

A expansão do agronegócio sucroenergético é produtora de novas territorialidades, passando pela apropriação e dominação do espaço em territórios já existentes e pela rapidez da expansão/territorialização o processo pode ser mais ou menos brutal e violento devido seu caráter hegemônico. Isso leva a emergência de tensões na reorganização dos territórios até conflitos estruturados em movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais.

A expansão rápida e regionalizada no espaço brasileiro mostra e explica mudanças paradigmáticas que considera o território mais no seu sentido funcional do ponto de vista das políticas públicas e das estratégias do agronegócio atualmente. O território, no caso da estratégia do setor sucroenergético, está sendo visto como lugar/chão de reprodução do capitalismo, uma nova fronteira deste, que achou na agricultura e, especialmente, na agroenergia a atividade privilegiada para sua continuação apoiado pela tendência das preocupações ambientais e da transição energética e que, na verdade, é mais animado pelos mercados das matérias primas.

Nesse sentido e para concluir e refletir, Frederico (2013) entende uma commoditização do território sobre este fenômeno atual:

trata-se de uma verdadeira commoditização da economia e do território, uma vez que determinadas regiões passam a atrair uma grande quantidade de investimentos públicos e privados e a reunir uma série de infraestruturas e normas que as tornam funcionais para a produção de determinado gênero agrícola ou mineral, com vistas, sobretudo, à exportação (FREDERICO, 2013, p.103).

## REFERÊNCIAS

AMIN, S. **Les champs de bataille choisis par l'impérialisme contemporain Les conditions d'une réponse efficace du Sud**. In: THE 1ST ALNEF CONFERENCE. Johannesburg, South Africa: 2010. Disponível em: <[www.alnef.org.za/conf/2010/bataille\\_choisis.pdf](http://www.alnef.org.za/conf/2010/bataille_choisis.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2013

ARRUZZO, R. C. Modernização produtiva e os espaços não vazios: as retomadas e os sentidos da territorialidade para os Guarani-Kaiowá. In: BERNARDES, J. A; SILVA, C. A; [http://www.lamparina.com.br/autor\\_detalhe.asp?idAutor=Catia Antonia da Silva](http://www.lamparina.com.br/autor_detalhe.asp?idAutor=Catia%20Antonia%20da%20Silva) ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 189–198.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C., 2010.

BERNARDES, J. A. Metamorfioses no setor sucroenergético: emergência de contradições. In: BERNARDES, J. A; SILVA, C. A; [http://www.lamparina.com.br/autor\\_detalhe.asp?idAutor=Catia Antonia da Silva](http://www.lamparina.com.br/autor_detalhe.asp?idAutor=Catia%20Antonia%20da%20Silva) ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 143–154.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

FERNANDES B.M., 2004. **Dataluta, Banco de dados da luta pela terra**. UNSEP/NERA, Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6. p. 24–34, 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 273–301.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In : Saquet, M.A., & Sposito, E.S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010, CPT Nacional**, Goiânia: CPT, 2011. p. 76–81.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, Ed. Especial, p. 07–17, 2012.

FREDERICO, S. Região e modernização agrícola. In: BERNARDES, J. A; SILVA, C. A; [http://www.lamparina.com.br/autor\\_detalhe.asp?idAutor=Catia Antonia da Silva](http://www.lamparina.com.br/autor_detalhe.asp?idAutor=Catia%20Antonia%20da%20Silva) ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 99–111.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 1, n. 2 (4), p. 39–52, 2007.

HAESBAERT, R., 2005. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, p.6774–6792.

HOUTART, F. **L'agroénergie solution pour le climat ou sortie de crise pour le capital ?** Charleroi: Couleur Livres, 2009.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal**, 2012. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/>

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Librairies techniques, 1980.

SACHS, I. **A revolução energética do século XXI**. Estudos Avançados, USP. v. 21, n. 59, p. 21–38, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR, Piracicaba-SP**, v. 50, n. 3, p. 503–524, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Territorio: revista de geografia agraria**, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris : Éditions du Seuil, 1965.

VALARIE, P ; DUARTE, L. M. G ; TOURRAND, J. F ; COUTINHO, C. Expansão do setor sucroalcooleiro e conflitos sociopolíticos no município de Rio Verde – Brasil. **Anais. IV ANPPAS, Brasília**, 2008.